

## CUSTO DE VIDA

Depois da disparada de 0,93% em março, IPCA-15 de abril fica em 0,60%. Alta acumulada em 12 meses, contudo, vai a 6,17%, reforçando expectativa de que o Banco Central continuará aumentando os juros. Brasília tem a maior elevação: 0,98%

# Inflação desacelera, mas não dá trégua

» MARINA BARBOSA

Com altas menos intensas no preço da gasolina, a prévia da inflação oficial brasileira desacelerou para 0,60% em abril. O resultado, no entanto, elevou a inflação acumulada em 12 meses para 6,17%, bem acima da meta deste ano, que é de 3,75%. Segundo analistas, isso reforça a expectativa de nova alta da taxa básica de juros (Selic) na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para a próxima semana.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que havia chegado a 0,93% em março, teve alta mais branda neste mês por conta das reduções no preço da gasolina, anunciadas nas últimas semanas pela Petrobras.

O alívio, no entanto, ainda não chegou ao bolso do consumidor de Brasília, pois a capital federal teve o recebimento da gasolina interrompido há cerca de 15 dias por problemas em um duto da Petrobras. Em Brasília, por isso, a inflação seguiu em alta e marcou 0,98% no IPCA-15, o maior resultado do país, segundo o IBGE.

Coordenador do Índice de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz observou que, mesmo quem não mora em Brasília não tem o que celebrar na inflação. “A gasolina subiu mais de 10% em março e depois perdeu força. Porém outras coisas apareceram mais no IPCA-15, como a alimentação. Além disso, preços administrados, como energia e trans-

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Redução dos preços de combustíveis ajudou a segurar o índice no país, mas, na capital, a pressão se mantém

portes públicos, tiveram aumentos em algumas cidades e vão pressionar a inflação”, explicou.

### Alimentos

Depois de cair 0,03% em março, a alimentação no domicílio subiu 0,19% em abril, segundo o IPCA-15. O gás de cozinha também ficou 2,49% mais caro e acumula alta de 20,22% nos últimos 12 meses. Mesmo a gasolina continua pesando no bolso. É que o combustível havia subido 11,63% em março, e ainda avançou 5,49% em abril, mesmo com as reduções anunciadas pela Petrobras.

Com todas essas fontes de

pressão, a inflação acumulada em 12 meses disparou de 5,52%, no mês passado, em março, para 6,17% em abril. O indicador está acima do centro da meta de inflação deste ano, que é de 3,75%, e também supera e muito o teto da meta, que é de 5,25%. E, de acordo com especialistas, ainda vai subir nos próximos meses. Por isso, o mercado projeta novas altas da Selic.

Em março, o Copom elevou a taxa básica de juros de 2% para 2,75% ao ano e projetou um novo ajuste de 0,75 ponto percentual para a reunião que ocorre na terça e na quarta-feira da próxima semana. “O resultado não deve

alterar o plano de voo do Banco Central. Os desafios no front inflacionário seguem os mesmos: apesar do alívio no câmbio, continuamos a ver seguidas altas das commodities no exterior e revisões para cima nas expectativas de inflação, ainda majoritariamente centradas em 2021”, comentou o economista chefe do Banco Original, Marco Caruso.

“O IPCA-15 mostra que a inflação está em um patamar elevado. O Banco Central precisa atuar para mitigar os efeitos do choque de câmbio e das commodities nos preços”, explicou o economista-chefe da Nova Futura, Pedro Paulo Silveira.

## CONTAS PÚBLICAS

# Especialistas defendem novo código fiscal

» ROSANA HESSEL

O Brasil precisa de uma nova legislação de responsabilidade fiscal, mas que tenha a preocupação com a responsabilidade social e ambiental. A avaliação é do economista José Roberto Afonso, um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e professor do Instituto de Direito Público (IDP). Para ele, não dá mais para dissociar esses assuntos na conjuntura global, e é preciso uma nova lei complementar que reorganize as regras, já que o fato de muitas delas constarem na Constituição não é garantia de que sejam cumpridas.

Afonso defende um código fiscal nacional, como ocorre com o Código Penal. “Temos várias normas espalhadas, e elas são complexas e contraditórias. Está na hora de harmonizar tudo em uma lei complementar”, afirmou o economista, ontem, durante o seminário virtual “Responsabilidade fiscal em tempos de pandemia”, organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a Instituição Fiscal Independente (IFI). “Ninguém no mundo tem tanta matéria em um texto constitucional, mas elas (regras) não funcionam adequadamente. Do contrário, seríamos campeões em matéria de responsabilidade fiscal”, comparou.

No seminário, houve consenso entre os debatedores de que a credibilidade do país no mercado está encolhendo por conta do descontrole das contas públicas. E que não é mais possível fazer superávit primário — economia para o pagamento de juros da dívida

pública — apenas aumentando impostos, como no passado. Além disso, o fato de o Brasil não respeitar a maioria das regras fiscais ajuda a piorar a imagem do país ante os credores, que, em sua maioria, são os próprios brasileiros, e não os próprios estrangeiros, é doméstica.

O ministro do TCU Bruno Dantas defendeu, na abertura do evento, propostas como a de Afonso para o fortalecimento das regras fiscais. “Uma das nossas preocupações é o receio de que a busca por brechas possa velar um naufrágio do arcabouço normativo”, disse. “Eventos como esse nos permitirão aprofundar e amadurecer ainda mais essas ideias”, afirmou.

Economista e ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore alertou para o aumento dos riscos fiscais para o Brasil e as consequências danosas para a economia. Ele lembrou que, após o abandono da regra de superávit primário, o país perdeu grau de investimento — selo de bom pagador das agências internacionais de classificação de risco, em 2015. E a regra do teto de gastos, criada em 2016 para compensar a falta de superávit, também já está comprometida por conta da confusão em torno do Orçamento deste ano.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, reconheceu que, em meio à pandemia, é preciso encontrar um equilíbrio entre o aumento da demanda por gastos públicos e um plano de saída fiscalmente responsável, que cuida da relação dívida-PIB. “Sem responsabilidade fiscal, não vamos a lugar algum”, afirmou.

Reprodução/Twitter



Rios Neto: falta de recursos ameaça realização da pesquisa também em 2022

## Censo ainda incerto

Nomeado ontem, o novo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Rios Neto, deu sinais de que o impasse do Censo Demográfico pode estar longe de acabar. Ele disse que vai trabalhar pela realização do Censo, mas admitiu que a pesquisa também está sujeita a “circunstâncias sanitárias e orçamentárias” em 2022.

“Meu maior desafio é realizar o Censo com qualidade e boa cobertura, sabendo que será, provavelmente, em 2022, a depender das circunstâncias sanitárias e orçamentárias”, afirmou Rios Neto, em entrevista ao site da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atuou como professor e pesquisador por 35 anos.

Ele destacou a importância do Censo, lembrando que as informações coletadas pela pesquisa servem de base para o planejamento de políticas públicas. Por isso, garantiu que vai “lutar pela integralidade do orçamento para o Censo 2022 e para mitigar as perdas operacionais em 2021”.

A dotação orçamentária de 2021 para o Censo foi cortada de R\$ 2 bilhões para R\$ 53 milhões,

para ajudar a acomodar as emendas parlamentares ao Orçamento. O corte inviabilizou a realização da pesquisa em 2021 e, segundo o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (Assibge), também ameaça a execução do Censo em 2022, pois o valor não é suficiente para as atividades preparatórias do levantamento.

### Ação no STF

A Assibge deve entrar com representações no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Ministério Público (MP) pedindo a recomposição orçamentária do Censo. Em uma ação civil pública encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), o estado do Maranhão também pediu que a União adote as medidas necessárias à realização do Censo. “A ação argumenta que o cancelamento do Censo “trará gravíssimas consequências para o Estado brasileiro e a sociedade nacional” e viola princípios da administração pública, já que deixa o país sem as informações necessárias para a formulação de políticas públicas. (MB)

## COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



## CAMPANHA MOSTRA IMPORTÂNCIA DE MANTER ABERTURA DO COMÉRCIO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lançou a quinta fase da campanha Trabalho que Valoriza o Brasil.

O vídeo de 60 segundos veiculado nos canais GloboNews e CNN, além das redes sociais, mostra o papel essencial desempenhado pelo comércio de bens, serviços e turismo no dia a dia das pessoas e a importância de manter seu funcionamento com segurança e responsabilidade.

“Somente no ano passado, foram fechados 110 mil es-

tabelecimentos em todo o Brasil”, lembra o presidente da Confederação, José Roberto Tadros. “São setores essenciais para as pessoas e para a economia do País, e devemos ter isso sempre em conta, principalmente no momento que estamos vivendo, quando precisamos preservar a vida das pessoas e também das empresas, com a adoção de medidas que permitam ao comércio de bens, serviços e turismo seguir funcionando e atendendo a população, com geração de renda e manutenção dos empregos”, completa Tadros.



Mensagens foram divulgadas na TV e redes sociais

## ESCOLA SESC DE ENSINO MÉDIO ABRE INSCRIÇÕES PARA 2022

Referência na Educação, a Escola Sesc de Ensino Médio está com inscrições abertas para o processo seletivo do ano letivo de 2022. Alunos de todo o Brasil podem se inscrever até o dia 26 de maio pelo site [escolasesc.com.br](http://escolasesc.com.br). São 90 vagas para o 1º ano do ensino médio, sendo 52 para regime residencial, destinadas a jovens de todo o País, e 38 para o regime externo, exclusivas para o Rio de Janeiro, onde está localizada a instituição.

Pelo segundo ano, o processo seletivo terá uma das fases em forma de sorteio público e não serão realizadas provas objetivas nem de redação. A opção tem como base o cenário atípico de pandemia, que exige medidas preventivas e distanciamento social. Para se candidatar, os estudantes devem ter concluído ou estar cursando o 9º ano do Ensino Fundamental e ter nascido en-

tre 1º de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2008. Todo o processo será realizado de forma remota, sendo gratuito e sem taxa de inscrição.

A Escola Sesc de Ensino Médio integra o Polo Educacional Sesc e tem por missão oferecer uma educação efetivamente integral e gratuita para a comunidade de alunos de todo o Brasil. Instalada em um campus de 131 mil metros quadrados em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a instituição conta com uma privilegiada estrutura de ensino, com espaço cultural, laboratórios, biblioteca, ateliês de arte, complexo esportivo, restaurante, além das vilas residenciais. Os alunos têm direito ao material pedagógico, alimentação e moradia, no caso do regime residencial. Cerca de 54% dos estudantes vêm de famílias com renda de um a três salários mínimos.



Instituição conta com uma moderna estrutura de ensino

## SENAC LANÇA GUIA PAUTADO EM HUMANIZAÇÃO E DIVERSIDADE

Buscando oferecer um ambiente acolhedor que possibilite a formação de vínculos sociais saudáveis e consolidar uma cultura de respeito e de paz, o Senac Santa Catarina lançou o Guia Senac-SC de Humanização – Valorizando a Diversidade e Mediando Conflitos.

A publicação reúne conceitos, diretrizes, legislação e diversos casos fictícios de temas relevantes às relações humanas, bem como direitos e deveres de cada um no cotidiano das unidades educacionais da instituição.

Resultado de um processo de inclusão já praticado pelo Senac-SC, a publicação foi

produzida de forma colaborativa, envolvendo diversos setores da instituição, e apresenta temas como humanização, democracia, direitos humanos, saúde mental, diversidade de orientação sexual, questões sociais e de gênero. Traz ainda atividades preventivas, orientações para identificação e mediação de situações de bullying e de violência.

A versão on-line do Guia Senac-SC de Humanização – Valorizando a Diversidade e Mediando Conflitos está disponível para alunos, professores, colaboradores e sociedade em geral no portal do Senac-SC ([sc.senac.br](http://sc.senac.br)), em Biblioteca – Guias e Manuais.

### TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Acesse o site [afavordobrasil.cnc.org.br](http://afavordobrasil.cnc.org.br) e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o País a superar a crise.

[www.cnc.org.br](http://www.cnc.org.br)

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnonline